

# Manter as luzes acesas

**Recomendação da Aneel para que distribuidoras transfiram ativos referentes à iluminação pública aos municípios preocupa técnicos, que advertem para o risco de aumento de tarifa e queda na qualidade.**

*Página 6*



# UMA *conquista* PARA O MOVIMENTO SINDICAL

**Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro**  
*Presidente*

NO DIA 21 DE AGOSTO, o SEESP foi cenário de um episódio de grande importância para a organização dos engenheiros e do conjunto dos profissionais liberais. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, acompanhado do secretário Nacional das Relações do Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros, e do deputado federal Paulo Pereira (PDT/SP), determinou que seja editada instrução normativa quanto à necessidade de comprovação da quitação da contribuição sindical desses trabalhadores junto aos órgãos públicos. A decisão atendeu a pleito da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados).

Já prevista na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a regra vinha sendo desrespeitada e a demonstração do pagamento não tem sido exigida quando da participação em concorrências públicas ou licitações ou mesmo para obtenção de registro junto aos conselhos regionais e federais. A medida tomada pelo ministro vem, assim, reforçar a relevância da representação sindical dessas categorias, o que é extremamente importante. O documento foi assinado durante almoço no qual o ministro foi homenageado (*leia também nota na página 8*),

exatamente por sua postura à frente de uma pasta que poucas vezes foi tão bem comandada. Lupi vem, no exercício do cargo, demonstrando firmeza e coragem na defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros, além de espírito público e senso de justiça inestimáveis. Não bastasse tudo isso, o ministro mostrou-se, ao visitar a casa dos engenheiros, ainda mais merecedor da deferência. Falando a um grupo de dirigentes, deixou claras mais uma vez sua riqueza de espírito e disposição para a luta. Lembrou sua origem hu-

milde, seu papel de arrimo de família e sua trajetória política, marcada pela coerência e compromisso com o trabalho. Não se esqueceu, obviamente, do ex-governador Leonel Brizola, seu mentor e padrinho político: “Tenho com vocês uma dívida de gratidão, porque foi um engenheiro que me deu todas as oportunidades que eu tive”, ressaltou. Falando com a alma, emocionou a todos, levou muitos à risada franca e alguns às lágrimas. Esse foi certamente um dia de grande conquista e de uma justa homenagem.

*Em encontro na sede do SEESP, o ministro Carlos Lupi assinou documento determinando a edição de instrução normativa sobre a comprovação do pagamento da contribuição por profissionais liberais.*



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo  
**Diretora responsável:** Maria Célia Ribeiro Sapucahy; **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Antonio Roberto Martins, Fernando Palmezan Neto, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Edilson Reis, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Maxwell Wagner Colombini Martins, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Cyro Soares e Maurício Hermann. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 23.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 1º a 15 de setembro de 2009. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



# A capitalização de juros no STF

Nelson de A. Noronha Gustavo Jr.

NÃO É NOVIDADE que o sistema financeiro nacional cobra o *spread* (despesas administrativas, inadimplência e lucros) mais alto do mundo, a despeito da atual crise mundial. Porém, isso não é suficiente para os bancos, que querem mais. Contra essa insaciável sede, está tramitando no STF (Supremo Tribunal Federal) a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2.316/2000, ajuizada por um partido político, tendo como objeto a declaração de inconstitucionalidade da Medida Provisória 2.170/01, a qual autorizou a capitalização mensal de juros nos contratos bancários e de financiamentos congêneres.

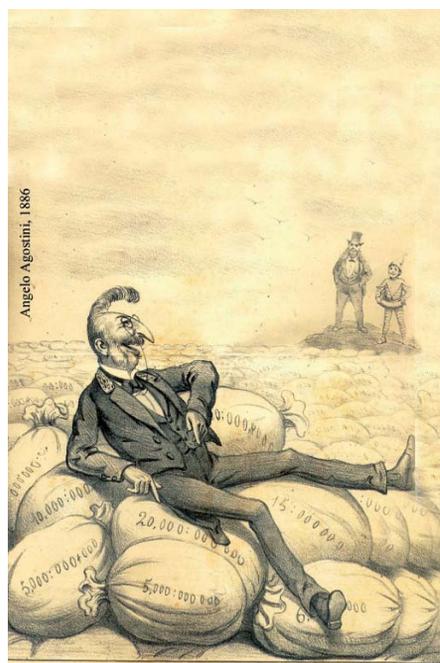
No mérito, o que se discute é a possibilidade ou não de se editar tal tipo de norma, em se tratando de matéria afeita ao direito financeiro, reservada à lei complementar, em face da expressa vedação constitucional (artigos 62, parágrafo 1º, III, e 192). A jurisprudência atual do Tribunal de Justiça paulista e mesmo do STJ (Superior Tribunal de Justiça) não é unânime no que se refere à admissão da capitalização mensal dos juros com base na citada MP.

O assunto é de extrema relevância, uma vez que milhares de consumidores têm por intermédio da ação revisional de contratos bancários buscado a máquina judiciária, sem, contudo, obter um posicionamento definitivo sobre o tema, seja na via do puro anatocismo (cobrança de juros sobre juros) ou na interpretação e aplicação da denominada Tabela Price. O mesmo se diga nos contratos regidos pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Tramita no Supremo ação contra a MP 2.170/01, que autorizou a cobrança abusiva. Dos seis votos já proferidos, quatro concederam a liminar para declarar inconstitucional e suspender os efeitos da medida.

A referida ADI no STF já tem seis votos proferidos, sendo que quatro concederam a liminar para declarar inconstitucional e suspender os efeitos da MP 2.170, demonstrando a tendência da Corte. Caso seja confirmada, o que é provável, tal decisão terá validade para todos e efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública. Com isso, será considerada ilegal a capitalização dos juros desde a sua edição, resultando que as instituições financeiras deverão restituir aos consumidores as quantias pagas ou abatê-las do débito, compensando, com juros, correções e, em alguns casos em dobro, conforme as regras do Código de Defesa do Consumidor. De fato, se prevalecer esse entendimento pelo tribunal, muitos financiamentos já estarão quitados. Vale lembrar que a jurisprudência do STF sobre o tema sempre o repudiou, conforme Súmula 121, editada há anos, que prevê: “É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.”

Nelson de A. Noronha Gustavo Jr. é sócio do escritório Noronha Gustavo Advogados



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?



Elaboremos seu plano de negócios com o apoio dos especialistas do Estado de São Paulo.



Atendimento aqui!  
(11) 9173-0651  
(11) 3204-9000

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

## HONESTIDADE



# ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Soraya Misleh

DEFINIR ESTRATÉGIAS e metodologias de gestão, financiamento e implementação da Lei 11.888/08 – que institui a assistência técnica pública e gratuita à população de baixa renda –, bem como ações para o engajamento dos profissionais da área tecnológica à prestação do serviço. E ainda, promover a interlocução sobre o assunto entre os diversos agentes e os municípios durante fóruns locais e estaduais, tais como as conferências das cidades. Esses foram alguns dos apontamentos do 2º Seminário Nacional de Assistência Técnica, realizado em 17 e 18 de agosto, no Braston Hotel, em São Paulo.

Promovido pelo Ministério das Cidades, com o apoio das representações no ConCidades (Conselho Nacional das Cidades), entre as quais a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), o evento reuniu participantes das diversas regiões do País, entre autoridades, membros de órgãos públicos, empresas, movimentos sindicais e populares.

Entre as necessidades identificadas na ocasião, determinar a forma de remuneração e o valor dos honorários a serem pagos aos engenheiros e demais profissionais que prestarão o serviço de assistência técnica, bem como o funcionamento nas diversas cidades. Tais devem elaborar e aprovar suas leis relativas ao tema e, ainda, incluí-lo em seus planos de habitação – que devem ser concluídos em 2010. Também precisam criar, até o final deste ano, conselhos municipais de habitação de interesse social, responsáveis pela gestão dos fundos locais, aos quais serão repassados os recursos federais. No seminário, os representantes do Ministério das Cidades reiteraram que estão disponíveis no

FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) para assistência técnica R\$ 60 milhões, a serem gastos ainda em 2009.

Diante das indefinições, não perder esse recurso por falta de projetos foi uma preocupação explicitada pelas diversas organizações presentes. Isso ocorreu nos últimos dois anos, conforme Mirna Chaves, diretora do Departamento de Urbanização e Assentamentos Precários da Secretaria Nacional da Habitação. Segundo ela, a modalidade de prestação de serviços em assistência técnica foi criada dentro do FNHIS ainda antes da aprovação da lei, em 2007, e naquele ano e em 2008, havia R\$ 50 milhões para serem contratados. Desses, apenas R\$ 20 milhões foram, em grande parte, “por não ter aparecido propostas. O desempenho foi baixíssimo”. O desafio, identificou ela, “é construir um modelo exequível, ágil, que nos dê a resposta que queremos à melhoria, conclusão, construção de unidades habitacionais ou urbanização de assentamentos precários”.

## Objeto da Lei 11.888, tema se insere no direito à moradia digna e deve, portanto, ter garantidos recursos perenes e institucionalidade.

No seminário, foi deliberado que quem tivesse contribuições à revisão do manual para apresentação de propostas à obtenção do recurso por parte das prefeituras – ou mesmo entidades, já que também poderão fazê-lo – deveria encaminhá-las ao ConCidades em uma semana. Tendo em vista as dificuldades da grande maioria dos municípios brasileiros, Jair Fernando Niño Porto Alegre, gerente nacional de assistência técnica da Vice-presidência de Governo da CEF (Caixa Econômica Federal), indicou que um dos caminhos seria a constituição de consórcios públicos intermunicipais, assegurando que tal instituição financeira está buscando formas de financiamento a esses. Nessa linha, prometeu que a CEF dará todo o apoio aos entes federados a que a lei de assistência técnica venha a ser efetivamente cumprida no País. Clóvis



Na abertura do evento, Zezéu Ribeiro, Jair Porto Alegre, Clóvis Ilgenfritz, Inês Magalhães, Junia Santa Rosa (diretora da Secretaria Nacional da Habitação), Marli Carrara (União Nacional por Moradia Popular) e Paulo Teixeira.

Ilgenfritz, ex-deputado federal pelo PT-RS, diretor da CGTEE (Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica) e um dos pioneiros a colocar o assunto em pauta no Legislativo, ressaltou o papel dos diversos atores, entre os quais as entidades de engenharia e arquitetura, que poderiam participar de uma comissão paritária, responsável por cadastrar os profissionais e comprometida com a boa execução do programa de assistência técnica.

Para o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), o novo serviço se insere na questão da moradia digna, que deve ter recursos perenes. Portanto, deve ser acompanhado da aprovação da PEC 285 (Proposta de Emenda à Constituição) que vincula montante à habitação, a exemplo do que já ocorre com a saúde e a educação. De sua autoria e tendo como relator o também parlamentar Zezéu Ribeiro (PT-BA), a medida que institui é passo fundamental à transformação da habitação em política de Estado, como tem propugnado o Ministério das Cidades.

## Desafios e modelos

Para a secretária Nacional da Habitação, Inês Magalhães, a questão é tomar a assistência técnica financiável. “Isso coloca o tamanho do nosso desafio.” Ela ratificou que o desenvolvimento institucional dos municípios é outro gargalo. “As 5.564 cidades brasileiras têm pouco mais de 10 mil profissionais de arquitetura

e engenharia, sem separar os agrônomos. A CEF contrata pessoal nas capitais para fazer atendimento a 500km de distância. Temos que considerar isso na nossa estratégia de implementação.” Na sua concepção, frente a esse dilema, ter equipes que assessorem as prefeituras nesse processo é crucial. Outro desafio é com relação à formação dos profissionais para atuar nessa seara. Uma saída para fazer frente a esse seria instituir a residência em engenharia ou arquitetura, a exemplo do que existe hoje na medicina, acredita Maria Elisa Baptista, professora do curso de arquitetura e urbanismo da PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Definir esses arranjos seria importante para garantir o atendimento em escala, como demanda

a faixa de renda abrangida pela Lei 11.888 – até três salários mínimos, na qual se situa mais de 90% do déficit habitacional, como lembrou Ribeiro, autor da normativa. Ter sua implementação de forma massiva, destacou, é a maneira de assegurar efetividade à assistência técnica. Além de contribuir a que os cidadãos possam, por exemplo, concluir sua casa, uma grande área de atuação viria casada com a regularização fundiária, como observou Teixeira. “A lei pode incidir sobre a realidade das favelas, loteamentos clandestinos e áreas de risco, transformando-as em habitações formais, adequadas, salubres, sustentáveis”, continuou.

## Apresentado como modelo de gestão e implementação possível. Promove já garantiu a construção de 15 mil casas na cidade de Bauru.

Na sua opinião, a assistência técnica precisa ainda ser combinada a outras experiências. Essas poderiam ser trocadas mediante a constituição de uma rede nacional, sugeriu Ribeiro. O Promore (Programa de Moradia Econômica) é uma delas. A iniciativa em Bauru foi apresentada pelo diretor do SEESP, Carlos Augusto Ramos Kirchner, como um modelo de gestão e implementação possível. Convênio entre essa entidade e a Prefeitura local, funciona desde 1988 e já garantiu a construção de 15 mil moradias na cidade. Entre os benefícios, conforme ele, a garantia do projeto personalizado, acompanhamento por um arqui-

teto ou engenheiro, orientação na compra de materiais, isenção de taxas e agilidade na tramitação do processo junto ao poder público municipal.

Também durante o seminário, foi apresentado o Projeto Pouso (Posto de Orientação Urbanística e Social) em favelas, da Prefeitura do Rio de Janeiro, pela coordenadora-geral de orientação e regularização urbanística, Tânia Lima Castro; os programas em áreas de risco da Prefeitura de Belo Horizonte, pelo diretor-presidente da Urbel (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), Claudius Vinicius Leite Pereira; e o projeto de construção assistida em Fortaleza, capital do Ceará, numa parceria com o Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) local e com o Banco do Nordeste, este último por Mario William Esper e Valter Frigieri Júnior.

## Causa nobre

Para assegurar o caráter público e gratuito da assistência técnica, o conceito pensado foi de que o projeto se paga, informou Ribeiro. Isso porque agrega elementos como racionalidade, estabilidade, segurança, durabilidade e salubridade da construção. Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (Universidade de São Paulo) e coordenadora do Laboratório de Habitação dessa escola, Ermínia Maricato destacou que a batalha por instituir esse serviço público e gratuito tem a ver com o direito constitucional à moradia digna legal. “Tem a ver com a questão da terra, esse nó que nos acompanha há 500 anos. Nós queremos a revolução com a assistência técnica, mudar a forma de produção e apropriação do espaço urbano, contradizer a segregação, a exclusão do pobre. Essa é uma luta social.”



Kirchner (em pé) apresenta Promore durante seminário nacional.



# GARANTIR *iluminação pública* NAS CIDADES

Soraya Misleh

ESSA TEM SIDO a preocupação de técnicos quando o tema é gestão e operacionalização do serviço de iluminação pública nos municípios brasileiros. O dilema veio à tona após recomendação feita pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) de que nos locais em que o sistema for de propriedade da distribuidora, essa deve transferir os ativos às prefeituras em 24 meses após tal determinação entrar em vigor.

A proposta de incorporação da mudança na revisão de alguns capítulos da Resolução 456/2000, que define as regras ao fornecimento de energia elétrica, foi apresentada em audiências realizadas em 2008 e objeto de consulta pública em fevereiro deste ano. O resultado, afirma Ricardo Vidinich, superintendente de regulação da comercialização da eletricidade da Aneel, será agora levado à diretoria colegiada da agência para discussão. “A estimativa é que isso seja decidido até outubro”, diz. Dada a importância do tema, informa ele, antes dessa reunião, “colocaremos novamente o texto integral no nosso site”. Nesse, é possível visualizar manifestação contrária a essa alteração. A alegação é de que, diante das dificuldades enfrentadas pelos municípios, haveria risco de aumento na conta de luz – já bastante inflacionada – ou baixa na qualidade da iluminação pública oferecida. Tais são apontados por Carlos Augusto Ramos Kirchner, diretor do SEESP. “O valor a investir é muito alto e o risco passaria ao consumidor. Poderia haver aumento na Contribuição de Iluminação Pública (*cobrada na conta de luz*) ou a necessidade de remanejamento

Para o SEESP, tendo em vista dificuldades dos municípios, manutenção e operação do serviço devem ser feitas pelas concessionárias.

de recursos da Prefeitura”, ratifica Luciano Haas Rosito, coordenador do Centro de Excelência em Iluminação Pública da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Ele acrescenta: “Os pontos apagados poderiam ter alta, os materiais não ter durabilidade. Os municípios teriam dificuldades para manter o serviço.” Diante da questão, realizar-se-ia em Bauru, nos dias 27 e 28 de agosto, seminário promovido pela Assenag (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru) com o apoio do sindicato.

## Sem imposição

Essa entidade acredita que a gestão deve ser local, como, aliás, preconiza a Constituição Federal, mas não a operacionalização, tendo em vista a falta de estrutura e capacidade para tanto. Não à toa no Estado de São Paulo o serviço é prestado predominantemente pelas distribuidoras. “Setenta por cento dos 645 municípios estão abaixo de 20 mil habitantes. Então, não acredito que ficaria muito fácil a esses conseguirem suportar tal responsabilidade. Já a concessionária do serviço público tem equipamento, funcionários treinados”, constata Marcos Monti, presidente da APM (Associação Paulista de Municípios). A sugestão dessa entidade, enviada por ofício ao presidente da Aneel, é que seja facultada essa decisão de fazer ou não a manutenção dos pontos da Prefeitura ao chefe do Executivo. “O que não gostaríamos é que fosse uma imposição, porque muitos municípios teriam dificuldades de se adequar e colocar pessoal técnico especializado para prestar o serviço. Ou contratar empresas terceirizadas, o que acarretaria em custo para a administração.” A proposta leva em consideração as desigualdades regionais que fazem parte da realidade brasileira. Na cidade de São Paulo, a gestão e operacionalização da iluminação pública estão a cargo da Prefeitura, em acordo com a AES Eletropaulo. Mas, como frisa Monti, trata-se do terceiro orçamento do País, portanto, não serve como padrão. Vidinich pondera que os ativos (postes, cabos, transformadores) não fazem parte da concessão do serviço público e sua transferência não implicaria que as prefeituras deixassem de ter o apoio das empresas. De

acordo com ele, a separação busca deixar claro a quem pertencem. Hoje, como informa, 3.400 municípios brasileiros têm a CIP (Contribuição de Iluminação Pública), portanto, seriam atingidos com a mudança. Com isso, a tarifa paga à distribuição de energia não mais incluiria a manutenção do serviço.

Não obstante, mesmo que os municípios passem a deter os ativos de iluminação pública, provavelmente terão que firmar contratos com as concessionárias. Isso será necessário inclusive para captar recursos do “programa Reluz” para essa área, da Eletrobrás. Segundo o engenheiro Rafael Santos Rocha, do Departamento de Projetos de Eficiência Energética do grupo, tal financia a essas projetos diversos, entre os quais de melhoria e expansão de sistemas de iluminação pública, através da Reserva Global de Reversão – um fundo ao qual as concessionárias destinam por lei 0,5% do seu faturamento líquido e podem depois recorrer. Esse hoje possui em torno de R\$ 2 bilhões para aplicação no Reluz. E mesmo que haja mudança, Rocha é categórico: não vai se alterar a questão do financiamento, já que o dinheiro é para ser usado pelas concessionárias. Ademais, mesmo que os municípios pudessem obter empréstimos dessa forma, o engenheiro acredita que teriam dificuldade, dada sua capacidade de endividamento. O Centro de Excelência em Iluminação Pública da PUC-RS presta assessoria e apoio gratuitos às cidades para a eficiência na administração do serviço. Já o treinamento e ensaios de materiais têm ônus.

Embora esse seja um caminho à capacitação das prefeituras, até para que possam ampliar a gestão sobre iluminação pública e ter condições de cobrar melhor qualidade das concessionárias, para Kirchner, o interesse público manda que essas continuem a executar a manutenção dos pontos e cuidar da instalação. Técnicos da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica, criada pelo Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) em parceria com a Eletrobrás, são taxativos: “A maioria dos municípios não está preparada para assumir isso.” Sendo repassado o sistema a esses, continuam, haverá “estruturação rápida de uma equipe sem treinamento, o que refletirá em desperdícios”.



À exceção da Capital e de grandes municípios, maioria não tem condições de operar serviço.

## Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos Cursos

### BOTUCATU

*Fepaf (Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais Ltda.)*

Site: <http://fepaf.org.br/>

E-mail: [paulafepaf@fca.unesp.br](mailto:paulafepaf@fca.unesp.br)

Telefone: (14) 3882-6300

• **Aquicultura: rumo ao desenvolvimento da produção e do mercado.** Para conhecer a área de aquicultura, aprender as melhores práticas na produção e as novas tendências mercadológicas. O curso abordará sistemas de criação de peixes em tanque-rede, regularização de projetos de piscicultura em São Paulo, mercado e comercialização de peixes ornamentais, tratamento de efluentes da aquicultura por sistemas com macrófitas aquáticas, entre outros. Com 40 vagas, as aulas acontecem de 28 de setembro a 2 de outubro, das 8h às 16h15. O custo é de R\$ 100,00.

### FRANCA

*Abes-Franca (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental)*

Site: [www.abesfranca.com.br](http://www.abesfranca.com.br)

E-mail: [angela@abesfranca.com.br](mailto:angela@abesfranca.com.br)

Telefone: (16) 3026-0881, das 13h às 17h

• **Projeto e dimensionamento de rede de esgoto.** Para quem deseja ter conhecimentos técnicos para projetar e dimensionar o sistema de redes de esgoto sanitário, além de analisar e aprovar projetos de rede de água potável. O curso acontece entre os dias 2 e 4 de setembro, das 8h às 17h30. O preço é de R\$ 600,00 para associados da Abes e de R\$ 800,00 para os demais. As inscrições estão abertas e as vagas são limitadas.

### PRESIDENTE PRUDENTE

*Unitoledo (Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente)*

Site: [www.unitoledo.br](http://www.unitoledo.br)

E-mail: [extensao@unitoledo.br](mailto:extensao@unitoledo.br)

Telefone: (18) 3901-4004

• **Gestão de custos em projetos.** Para conhecer os conceitos fundamentais na gestão de custos em projetos garantindo o término dentro do orçamento aprovado. Entre os temas, planejamento de recursos, pessoas,

equipamentos e materiais; estimativa, orçamento e controle de custos; estímulos a tomada de decisões utilizando os sistemas de custeio atrelados ao desenvolvimento de projetos. Com carga de 24 horas, as aulas acontecem nos dias 11, 12, 25 e 26 de setembro, das 19h às 23h, às sextas-feiras, e das 8h às 14h30, aos sábados. O custo é de R\$ 568,00 e as inscrições vão até o preenchimento das vagas.

### SÃO PAULO

*VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha)*

Site: [www.vdi brasil.com.br](http://www.vdi brasil.com.br)

E-mail: [vdi@vdi brasil.com.br](mailto:vdi@vdi brasil.com.br)

Telefone: (11) 5180-2325

• **Treinamento de negociações para engenheiros.** O curso vai orientar os participantes a utilizarem suas competências em busca de melhores resultados no atual mercado competitivo, aprender na prática como lidar com conflitos, obter controle na negociação e gerar negócios sustentáveis. A atividade acontece no dia 16 de setembro, das 8h30 às 17h30, e o preço é de R\$ 350,00 para associados à VDI-Brasil e ao SEESP (ao se filiarem à VDI, com isenção da anuidade de 2009), R\$ 500,00 para sócios da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e R\$ 600,00 para os demais. As vagas são limitadas e as inscrições vão até o dia 12 de setembro.

### Ycon Formação Continuada

Site: [www.ycon.com.br](http://www.ycon.com.br)

E-mail: [cursos@ycon.com.br](mailto:cursos@ycon.com.br)

Telefone: (11) 3816-0441

• **Feng Shui para arquitetos e designers.** Para aprender as técnicas dessa prática milenar chinesa e aplicá-las em projetos arquitetônicos ou de espaços internos, aproveitando a energia do ambiente e dos objetos para melhorar a qualidade de vida do morador. Entre os temas, a história de Feng Shui, elementos da natureza e de energização, análise do ambiente, disposição de móveis, iluminação e cores. Com carga de 10 horas, as aulas acontecem nos dias 2, 9 e 16 de setembro, das 19h às 22h. As inscrições estão abertas e o preço é de R\$ 390,00.

# Águas subterrâneas são tema de congresso internacional

PARA ALERTAR a sociedade sobre a importância do meio ambiente subterrâneo, a Abas (Associação Brasileira de Águas Subterrâneas) realiza entre os dias 15 e 18 de setembro, na Capital, o ICimas (Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo).

A ideia é proporcionar a troca de informações e divulgar o tema com maior clareza para a sociedade, incluindo responsabilidades e trazendo novas tecnologias e soluções para as águas subterrâneas no Brasil. Especialistas nacionais e internacionais falarão sobre gestão e sustentabilidade, requisitos fundamentais para garantir a conservação e a proteção desse recurso natural.

Entre os assuntos pautados, destaque para gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas no País, técnicas de investigação e novas tecnologias para remediação de áreas contaminadas, impactos dos processos industriais no meio ambiente subterrâneo, responsabilidades, riscos à saúde e sustentabilidade no uso.

O congresso contará com a Fenágua (Feira Nacional da Água), uma exposição gratuita que vai apresentar produtos e serviços para a água com o objetivo de promover negócios do setor.

O ICimas acontece no Centro Fecomércio de Eventos, localizado na Rua Dr. Plínio Barreto, 285.

Mais informações sobre a programação e inscrições no site [www.abas.org/cimas](http://www.abas.org/cimas), pelo telefone (11) 3871-3626 ou pelo e-mail [cimas@abas.org](mailto:cimas@abas.org). O valor é de R\$ 450,00 para sócios da Abas e de R\$ 550,00 para não sócios.

Gestão e sustentabilidade estarão na pauta do encontro, que visa dar maior divulgação ao tema no Brasil.

## Oportunidades

Segundo levantamento feito até dia 21 de agosto, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de vagas para engenheiros nas seguintes modalidades e quantidades assinaladas: civil (seis), mecânica (três), segurança do trabalho (duas) e alimentos (uma). Para se cadastrar e inserir seu currículo, acesse o site [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br), link Oportunidade Profissional. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2666.





# Lupi determina comprovação de contribuição sindical

Atendendo a pleito da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, determinou que seja editada instrução normativa quanto à necessidade de comprovação da quitação da contribuição sindical dos profissionais liberais junto aos órgãos públicos. A medida tem o objetivo de assegurar o respeito aos artigos 607 e 608 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), segundo os quais tal comprovante deve ser exigido para participação em licitações e concorrências públicas ou administrativas e também para a concessão de registro junto aos conselhos profissionais. É necessário ainda para autorização a licenças para funcionamento ou renovação de atividades dos estabelecimentos de empregadores e dos escritórios de profissionais liberais.

O ministro assinou ofício versando sobre o tema em 21 de agosto,



Ministro Lupi recebe homenagem das mãos de Murilo Pinheiro: justo reconhecimento.

durante almoço realizado na sede do SEESP, em São Paulo, quando foi homenageado por esse sindicato, pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e pela CNTU em reconhecimento ao seu desempenho “no exercício do cargo, que muito tem contribuído ao avanço e aprimoramento das relações do trabalho no País”, conforme placa entregue a ele

pelo presidente das três entidades, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

O evento contou também com a participação do secretário Nacional das Relações do Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros, e do deputado federal Paulo Pereira (PDT/SP), além de dirigentes do SEESP, da CNTU, da FNE e de diversas outras federações.

## Assenag homenageia diretor do SEESP

Em jantar típico alemão comemorativo dos seus 43 anos, realizado no dia 22 de agosto, na Sociedade Hípica de Bauru, a Assenag (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru) homenageou seu vice-presidente e também diretor do SEESP, Marcos Wanderley Ferreira. Ele recebeu o

título de sócio remido por sua atuação profissional e associativa – tendo presidido a Assenag por duas gestões. Prestigiaram a iniciativa autoridades como o deputado estadual Pedro Tobias (PSDB), diretores regionais e estaduais do sindicato, entre os quais seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro.



Ferreira (à esq.) recebe a distinção de Emerson Crivelli, presidente da Assenag, diante de autoridades, dirigentes de entidades e familiares.

## Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Consulte a tabela de preços do JE.

Maiores informações  
(11) 9173-0651  
(11) 3284-9880

Divulgação

## SEESP inaugura sede própria em Bauru

Comprada no primeiro semestre deste ano, a sede da delegacia do sindicato em Bauru foi inaugurada no dia 22 de agosto, em cerimônia que contou com a presença de diversas autoridades locais, como o prefeito Rodrigo Agostinho e os vereadores José Roberto Martins Segalla (DEM) e Roque José Ferreira (PT), além de membros da diretoria regional e executiva do SEESP. Sua aquisição integra política adotada pela entidade visando melhor atender os engenheiros em todo o Estado, que já garantiu a compra também de sedes em Lins, Presidente Prudente e São José dos Campos – as quais devem começar a atender em novo endereço em breve.

Na ocasião, o presidente estadual do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, apontou sua satisfação em inaugurar a sede da delegacia em Bauru. E complementou: “Estamos mostrando com isso que o SEESP veio para ficar e que continuaremos o nosso trabalho, dando força também para que a cidade cresça e se desenvolva cada vez mais.” Presidente da delegacia, Luiz Roberto Pagani salientou que a nova casa “vai preencher as nossas necessidades atuais e futuras”. A sede do SEESP em Bauru ocupa 213,66m<sup>2</sup> de área construída, em um total de 363m<sup>2</sup>. Inclui três salas para atendimento ao público e uma para reuniões. O endereço é Rua Constituição, 8-71, bairro Higienópolis.



Na inauguração, Marcos Wanderley Ferreira (SEESP), Roque Ferreira, Segalla, Fernando Palmezan (também da executiva do sindicato), Pinheiro, Agostinho e Pagani.

## Conferência Estadual das Cidades é convocada

Em sua quarta edição, essa deve se realizar entre 1º de fevereiro e 18 de abril de 2010. O período consta do decreto governamental nº 54.703, de 21 de agosto último, que convocou a realização da iniciativa.

Essa sucede a etapa municipal, que deve se encerrar em dezembro próximo, e elegerá os delegados para a nacional, prevista para ocorrer de 24 a 28 de maio de 2010, em Brasília. Nessa, serão escolhidos os membros do Conselho Nacional das Cidades para a próxima gestão. Na atual, a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) está representada.

## Acordos e convenções firmados

**Fecomércio** – O SEESP e a Fecomércio firmaram acordo judicial em 4 de agosto. Tal abrange todos os engenheiros empregados no comércio no Estado de São Paulo (data-base em 1º de maio). Destacam-se reajuste de 5,83%, observância à lei relativa ao

salário mínimo profissional da categoria, garantia do certificado de acervo técnico e reciclagem tecnológica.

**Sinaenco** – No mês de julho último foi firmada a Convenção Coletiva de Trabalho 2009 dos profissionais que atuam nas empresas de engenharia e

arquitetura consultiva (data-base em 1º de maio). Tal inclui, entre outros pontos, reajuste de 6,5% e complementação do auxílio previdenciário em relação ao salário normal, até o valor máximo de R\$ 3.650,00, do 16º ao 195º dia de afastamento.